

teção e produção integrada do olival» e «Colheita e transformação da azeitona»;
 Frequência de seminários, congressos, conferências e encontros nacionais de olivicultura;
 Publicação como autor e co-autor mais de 40 trabalhos relacionados com a olivicultura.

Despacho n.º 20 233/2005 (2.ª série). — Considerando a vacatura do lugar de chefe de divisão de Fiscalização dos Produtos de Origem Animal, a que se refere o artigo 26.º do Decreto Regulamentar n.º 13/97, de 6 de Maio;

Considerando que o funcionário José Carlos Perdiz Martins possui mais de quatro anos de experiência profissional na carreira e na categoria para cujo provimento é exigível uma licenciatura;

Considerando ainda que possui licenciatura em Medicina Veterinária e experiência profissional no âmbito das atribuições cometidas à Divisão de Fiscalização dos Produtos de Origem Animal, correspondendo assim ao perfil pretendido e evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante;

Nomeio, em regime de substituição, para o cargo de chefe de divisão de Fiscalização dos Produtos de Origem Animal o licenciado em Medicina Veterinária José Carlos Perdiz Martins, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Setembro de 2005. — O Director Regional, *Carlos Guerra*.

Nota curricular

Dados pessoais — José Carlos Perdiz Martins, casado, nascido em 22 de Agosto de 1948, natural de Quelimane, Moçambique, e residente na Rua da Cidade de Orthez, 38, 5.º, direito, 5370 Mirandela.

Formação académica — licenciatura em Medicina Veterinária da Universidade de Lourenço Marques.

Experiência profissional:

Estágio no Matadouro Municipal de Lourenço Marques (Moçambique), de 1 de Novembro de 1972 a 31 de Julho de 1973;

Director distrital dos Serviços de Veterinária no distrito de Cabo Delgado (Moçambique), de 24 de Setembro de 1973 a 26 de Setembro de 1975;

Encarregado da Intendência de Pecuária de Mirandela, acumulando com as de subintendente de pecuária e de veterinário municipal do concelho de Mirandela, de 31 de Janeiro de 1976 a 7 de Julho de 1977;

Médico veterinário municipal do concelho de Mirandela, de 7 de Julho de 1977 a 14 de Dezembro de 1978;

Chefe de divisão de Sanidade Animal da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes (DRATM), de 24 de Julho de 1979 a 25 de Julho de 1982;

Delegado regional (director de serviços) da JNPP (Junta Nacional dos Produtos Pecuários) e do IROMA (Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas), de 4 de Agosto de 1982 a 4 de Agosto de 1991;

Em acumulação, vogal do conselho de direcção do Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, S. A., com sede em Montalegre, de 7 de Abril de 1988 a 27 de Maio de 1993;

Em acumulação, presidente do conselho geral da PEC Nordeste, S. A., com sede social no Cachão (integrando os matadouros do Cachão e do Porto), de 24 de Outubro de 1992 a 20 de Abril de 1994;

Em acumulação, assistente convidado da Faculdade de Veterinária da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, de 1 de Outubro de 1987 a 31 de Dezembro de 1996;

Subdirector regional da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, de 13 de Maio de 1993 a 24 de Junho de 1996;

Chefe de divisão de Fiscalização dos Produtos de Origem Animal da DRATM, de 4 de Junho de 2002 a 4 de Setembro de 2005.

Despacho n.º 20 234/2005 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Setembro de 2005 do director regional de Agricultura de Trás-os-Montes:

Necílio Augusto das Dores, motorista de ligeiros da carreira de motorista de ligeiros do quadro da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes — autorizada a nomeação definitiva, por força da reclassificação para a categoria de motorista de pesados da carreira de motorista de pesados, escala 5, índice 204, para o mesmo quadro, aprovado pela Portaria n.º 535/99, de 23 de Julho, com efeitos a partir de 30 de Novembro de 2004 e renovada a comissão de serviço no referido cargo, com efeitos a partir de 12 de Dezembro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Setembro de 2005. — O Director Regional, *Carlos Guerra*.

Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas e Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola

Despacho n.º 20 235/2005 (2.ª série). — Em conformidade com o previsto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 250/2002, de 21 de Novembro, no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 78/98, de 27 de Março, e nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP) e do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA), na sua reunião de 25 de Agosto de 2005, deliberou:

1 — Delegar nos dirigentes do IFADAP e do INGA a seguir discriminados:

Licenciado Mário Vilhena da Cunha, secretário do conselho de administração;

Licenciado Vítor Salavessa Mota, director-coordenador do Gabinete de Auditoria;

Licenciado Fernando Catalão, director-adjunto do Gabinete de Gestão de Protocolos;

Licenciado Carlos José Egreja Morais, director do Gabinete do Fundo Florestal Permanente;

Licenciada Stela Maria Alves Florêncio Tavares, directora-coordenadora da Direcção de Investimento;

Licenciada Maria de Lurdes Fernandes, directora da Direcção de Produtos Animais;

Licenciado José Fonseca Esteves, director-coordenador da Direcção de Ajudas às Superfícies;

Licenciado Fernando Mouzinho, director-coordenador da Direcção de Inspeção e Controlo;

Licenciada Maria Ramona Rodrigues, directora-coordenadora da Direcção de Planeamento, Estatística e Assuntos Comunitários;

Licenciada Maria de Lurdes Santos, directora-coordenadora da Direcção de Sistemas de Informação;

Licenciada Fernanda Moura Vieira, directora-coordenadora da Direcção Jurídica;

Mestre Damasceno Dias, director-coordenador da Direcção de Administração Geral;

Licenciado António Luís Nobre Anastácio, director-coordenador da Direcção de Apoio às Direcções Regionais;

Licenciado Carlos Costa Reis, director-coordenador da Direcção Financeira e Administrativa;

Licenciado António José Chuva Bichão, chefe de serviço do Serviço de Gestão da Condicionabilidade;

Licenciado Guilherme Cesário Lagido Domingos, director da Direcção Regional de Entre Douro e Minho;

Licenciada Maria Isabel Moreno Xavier Escudeiro, directora da Direcção Regional de Trás-os-Montes;

Licenciado Fernando Augusto Gomes da Cruz, director da Direcção Regional da Beira Litoral;

Licenciado Manuel Lopes Marcelo, director da Direcção Regional da Beira Interior;

Licenciado António José Hilário Ferreira, director da Direcção Regional do Ribatejo e Oeste;

Licenciada Maria Luíza M. B. Silva Correia, directora da Direcção Regional do Alentejo;

Licenciado Júlio Isidoro Cabrita, director da Direcção Regional do Algarve;

Licenciado João Avelino Gonçalves Baptista, delegado da Delegação Regional da Madeira;

Licenciado Carlos Alberto Leite Furtado, delegado da Delegação Regional dos Açores;

para aplicação no âmbito estrito das respectivas unidades orgânicas, as seguintes:

1.1 — Competências gerais de gestão:

- Assegurar a administração e a gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais que lhes estão afectos, promovendo o melhor aproveitamento e desenvolvimento dos mesmos, tendo em conta os objectivos e actividades dos serviços dependentes;
- Autorizar a realização da prestação de trabalho suplementar, após o cabimento prévio da despesa na dotação prevista e dentro dos limites legais estabelecidos, com respectiva fundamentação;
- Autorizar dispensas por um dia aos trabalhadores que devam frequentar colóquios, reuniões, simpósios e outras solicitações externas, não previamente autorizadas pelo conselho de administração, desde que não haja inconveniência para o serviço e não ultrapassem o máximo de três dias por ano e por trabalhador;